

“CAPITÃES DA AREIA” DE JORGE AMADO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

É. M. C. A.

Universidade Estácio de Sá - PPGD/UNESA-RJ
ericamaiaarruda@yahoo.com.br

N.de S.e M. A

Universidade Estácio de Sá - PPGD/UNESA-RJ
nsmelloar@gmail.com>

A.M. S. C. N.

Universidade Estácio de Sá - PPGD/UNESA-RJ
ana.morena.capute@hotmail.com

Resumo do artigo: O artigo busca relacionar direitos humanos e literatura, em especial quanto aos direitos das crianças e adolescentes, por meio da análise da obra de Jorge Amado, “Capitães da Areia”. A obra, publicada em 1937, é uma daquelas obras literárias que se pode chamar de “atemporal”. A história se desenvolve por meio do relato de situações cotidianas vividas por crianças e adolescentes, com idades entre nove e dezesseis anos, que moram na rua e vivem em um galpão abandonado, um trapiche, em Salvador, na Bahia, sem família, sem escola, criando suas próprias leis. Lá se escondem da polícia e dividem os objetos, obtidos por meio de furtos. A obra retrata o cotidiano do grupo, relata alguns golpes aplicados em pessoas e famílias da sociedade local, bem como trata da opressão social sofrida pelo grupo. O autor leva o leitor a uma reflexão, sobre a posição da sociedade em relação àquela população infanto-juvenil retratada, temática, infelizmente, ainda bastante atual, pois, apesar de contarem hoje com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069 de 13/07/1990), que prevê medidas socioeducativas com função de ressocialização de crianças e adolescentes, o que se observa, na prática, é o elevado número de crianças e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em internação. A obra, da mesma forma que muitas outras obras de Jorge Amado, possui um cunho social e histórico, que levou o escritor a ser reconhecido nacional e internacionalmente, pelo seu empenho às causas sociais, à preocupação com a denúncia da injustiça e do “coronelismo” que dominavam uma das regiões mais pobres do Brasil.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança e adolescente, Direito e Literatura.

1. Introdução

A obra Capitães de Areia representa para a literatura brasileira uma realista representação da segregação social tão presente no nosso país. Jorge Amado retrata o sofrimento presente em uma infância desprezada por uma sociedade individualista e por um Estado que fecha os olhos para as questões mais primárias, tais como a fome, a miséria, a educação e diversos outros fatores que são causas da delinquência infanto-juvenil.

[...] em Capitães da Areia também são usados termos e expressões de menosprezo para tratar as crianças e adolescentes pobres e desamparadas, que também são “invisíveis”, quando é conveniente para a corporativa sociedade preconceituosa e para o poder público negligente. A marginalidade, o preconceito e a opressão se concretizam nos discursos das

autoridades estatais, do representante do clero e dos segmentos socialmente privilegiados.(FIGUEIREDO, 2014, p.122).

As crianças e adolescentes da obra de Amado são fruto de um sistema social opressor que, somado a uma legislação que não os protegia, mas, ao contrário, os excluía, os privava de qualquer direito à cidadania. Deste modo, “as façanhas cotidianas nada sociáveis das personagens para sobreviver em uma sociedade que os repelia, transforma-os em “meninos-heróis” e a saga de cada um deles transforma-se numa luta em favor da dignidade humana”. (FIGUEIREDO, 2014, p.118)

Embora até os dias atuais a sociedade brasileira não tenha apresentado muitos avanços para o tratamento da questão das crianças e adolescentes moradores de rua, houve significativo avanço com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

2. Metodologia

A metodologia utilizada foi o estudo da obra “Capitães da Areia” de Jorge Amado, com o fito de analisá-la sob dois aspectos fundamentais: sua contribuição para a conscientização da população brasileira em relação ao tema “criança e adolescente em conflito com a lei”, e em relação ao paralelo a ser tratado quanto ao tema “Direito e Literatura”.

3. O autor e a obra

3.1 Sobre o autor

Jorge Amado nasceu em 10 de agosto de 1912, na Fazenda Auricídia, no distrito de Ferradas, município de Itabuna, sul do Estado da Bahia, e faleceu em 6 de agosto de 2001, em Salvador, capital da Bahia. Filho de João Amado Faria, fazendeiro de cacau, e de Eulália Leal Amado. Com um ano de idade, foi para Ilhéus, onde passou a infância. Coursou o ensino fundamental e o ensino médio em Salvador. Desde o ensino médio começou a participar da vida literária. Com apenas 10 anos, em 1922, criou “A Luneta”, um jornal que entregava para amigos e parentes. Depois, quando estudava em um colégio interno, participou de duas publicações, “A Pátria” e “A Folha”. E, aos 14 anos, já foi trabalhar em jornais. No final da década de 20 começou a trabalhar como jornalista em Salvador e passou a se envolver com grupos e manifestações literárias, criadas como resposta nordestina ao Modernismo.

Nos anos 30 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde escreveu seu primeiro romance a ser publicado, intitulado “O País do Carnaval”, publicado em 1931. Nesse mesmo ano começou a Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, na qual veio a se formar em 1935.¹

Aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) aos vinte anos e, desde então, tornou-se um militante comunista. Sua obra literária é fortemente influenciada por essa militância. Para Rossi: “[...] dos mais de sessenta anos de carreira, quase 25 foram dedicados à construção de uma prática literária visceralmente ajustada aos dilemas associados ao seu engajamento no Partido Comunista Brasileiro (PCB).” (ROSSI, p. 23).

Em 1937, no ano de lançamento de “Capitães da Areia”, Jorge Amado, como membro da Aliança Nacional Libertadora, frente única de organizações de esquerda, composta de militares oriundos do tenentismo dos anos 20, profissionais liberais e operários, opôs-se ao Estado Novo e como decorrência, mais de 1.500 exemplares de seus livros foram incinerados em Salvador, por serem considerados subversivos, dentre eles mais de 800 volumes da obra em análise. O romance só foi reeditado em 1944.²

Em 1941 e no ano seguinte, viajou pela América Latina, exilado em razão da adesão ao comunismo. Elegeu-se deputado federal com o maior número de votos, em São Paulo, em 1945 e no mesmo ano foi eleito membro da Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do mesmo partido. Como político, criou a lei que dá direito à liberdade de culto religioso. Na época, como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conheceu Zélia Gattai, com quem viveu pelo resto da vida.

Em 1947, ano do nascimento de João Jorge, primeiro filho do casal, o PCB foi declarado ilegal e seus membros perseguidos e presos. Jorge Amado teve que se exilar com a família na França, onde ficou até 1950, quando foi expulso. Em 1949, morreu no Rio de Janeiro sua filha Lila, do primeiro casamento. Entre 1950 e 1952, viveu em Praga, onde nasceu sua filha Paloma.

De volta ao Brasil, Jorge Amado afastou-se, em 1955, da militância política, sem, no entanto, deixar os quadros do Partido; foi eleito presidente da Associação Brasileira de

¹ Disponível em: <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/autores/jorge-amado.html>. Acesso em: 10 Mai. 2017.

² Figueiredo, Ediliane Lopes Leite. Beecher Stowe e Jorge Amado – da Cabana ao Trapiche: uma visão Jusliterária da injustiça social. Tese de Mestrado em Literatura e Interculturalidade. Campina Grande – Paraíba. 2011. Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/dissertacoes/Dissertacoes2011/Ediliane.pdf>. Acesso em: 10 Mai. 2017.

Escritores e passou, desde então, a se dedicar inteiramente à literatura. Em 1961 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e ocupou a cadeira de número 23, cujo primeiro ocupante foi Machado de Assis e o patrono José de Alencar.

Jorge Amado recebeu títulos de Comendador e de Grande Oficial, nas ordens da Venezuela, França, Espanha, Portugal, Chile e Argentina; além de ter sido feito Doutor Honoris Causa em 10 universidades, no Brasil, na Itália, na França, em Portugal e em Israel. O título de Doutor pela Sorbonne, na França, foi o último que recebeu pessoalmente, em 1998, em sua última viagem a Paris, quando já estava doente.³

Jorge Amado retratava em seus romances situações do cotidiano, em especial, temas de injustiça social e também temas ligados à política. Além disso, as raízes nacionais constantemente são representadas nos seus textos.

[...] Em “Capitães da Areia”, Jorge Amado incorpora o narrador que constrói a crítica sociolegal sem gradação, sem ressalvas linguísticas. Não há preocupação em sublimar a linguagem para amenizar o discurso revelador da desigualdade, da opressão e da marginalização contra os menores abandonados. (SWARNAKAR, FIGUEIREDO & GERMANO, 2014, p. 128).

3.2 A obra “Capitães da Areia”

A Fundação Casa de Jorge Amado, em seu endereço na Internet (*link* “Obra”), retrata um histórico da obra “Capitães de Areia”: O livro é publicado em 1937, logo em seguida à implantação do Estado Novo, regime violentamente anticomunista. Assim, a edição é apreendida – e exemplares do livro são queimados em praça pública, na Cidade de Salvador, na Bahia, por representantes da ditadura. No entanto, quando pôde voltar à cena, Capitães da areia conquistou o grande público e é ainda hoje um dos maiores sucessos de Jorge Amado.

[...] Uma história dos meninos-de-rua da Bahia, na década de 30. Narrativa do amor de Dora e Pedro Bala. Peripécias do bando de menores que perambula perigosamente pelas ruas e pelo cais de Salvador, cidade “negra e religiosa”, onde se projeta a personalidade da ialorixá Aninha, mãe-de-santo do Ilê Axé Opô Afonjá. Dora morre, doente, no trapiche enluarado. Pedro Bala é preso, foge, mete-se em greves de estivadores, até que se converte em “militante proletário, o camarada Pedro Bala”.⁴

³ Fundação Casa de Jorge Amado. Biografia. Disponível em: http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75. Acesso em: 10 Mai. 2017.

⁴Fundação Casa de Jorge Amado. Obra. Capitães da Areia, 1937. Disponível em: http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=148&lang=pt&obra=806&start=6#obra. Acesso em: 10 Mai. 2017.

Na obra, Jorge Amado conta de uma sociedade nua e crua e da luta de classes em Salvador.⁵ Para Andrade (2014), os “Capitães da Areia” são, ao mesmo tempo, os personagens que dão título à narrativa e atores sociais, cujas histórias expõem uma problemática social, a infância abandonada e delinquente na capital baiana.

O romance é estruturado em três partes. A primeira, “Sob a lua, num velho trapiche abandonado”, apresenta o perfil de alguns dos capitães, por meio de histórias quase independentes, mas entrecruzadas. Na segunda, “Noite da grande paz dos teus olhos”, o autor narra o amor de Pedro Bala, um dos líderes, por Dora, única “capitã da areia”. Na terceira e última parte, “Canção da Bahia, canção da liberdade”, é definido o destino dos personagens. O significado de Capitães da Areia para a trajetória de militante do escritor reside em evidenciar conflitos entre ricos e pobres e entre fracos e fortes, emergindo daí, uma narrativa que denuncia uma sociedade opressora da Bahia da primeira metade do século passado.⁶

Antes de iniciar a narrativa propriamente dita, Jorge Amado apresenta a sequência de pseudo-reportagens, intituladas “Cartas à redação”. Durante a narrativa, o leitor se apercebe que, na verdade, este é um recurso utilizado pelo autor para narrar a história dos meninos, que viviam na rua e se abrigavam no trapiche, próximo ao cais, em Salvador. Ao final do dia, os meninos se reuniam no trapiche e faziam a divisão daquilo que haviam obtido, por meio de furtos que praticavam.

Em termos de representação institucional com a qual os meninos de rua se relacionavam, estava o Reformatório que exercia o seu poder através da prática de crueldades e a polícia que os caçava como se adultos fossem.

Andrade (2014) faz uma análise dos principais personagens, destacando cada uma das fases do romance. Na primeira parte do romance, aparecem os primeiros personagens. O principal é Pedro Bala, “cabelos loiros e longos e uma cicatriz no rosto” (fruto da luta em que venceu o antigo comandante do bando), que estabelece uma relação com os demais meninos como uma espécie de pai; descobriu ser filho de um líder sindical morto.

Outro personagem é Volta Seca, que representa a cultura sertaneja. Mulato, conhecido como afilhado de Lampião, o tinha como ídolo; tem atitudes que fazem os próprios Capitães sentirem medo dele. Seu perfil destacava-se pelo ódio que alimentava pelas autoridades, além do desejo de se tornar cangaceiro. Professor (João José) é o leitor do grupo

⁵Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-mar-15/direito-literatura-capitães-areia-romance-jorge-amado>. Acesso em: 05 Mai. 2017.

⁶Celeste Maria Pacheco de Andrade, “Os capitães da areia” de Jorge Amado : histórias de vida na cidade da Bahia”, *Amerika* [En ligne], 10 | 2014, mis en ligne le 22 juin 2014. Disponível em: <http://amerika.revues.org/4676> ; DOI : 10.4000/amerika.4676. Acesso em: 10 Mai. 2017.

e desenhista talentoso. “João José era o único que lia corretamente entre eles e, no entanto, só estivera na escola um ano e meio.” (AMADO, 2008, p.32).

Gato, elegante, gostava de se vestir bem; era o malandro do bando, se envolve emocionalmente com uma prostituta, Dalva, uma mulher de uns trinta e cinco anos, que, pelo fato de dar dinheiro a ele, algumas vezes Gato não dormia no trapiche, só aparecendo ao amanhecer, quando saía com os companheiros para as aventuras do dia.

Sem-Pernas, coxo, serve de espião para as atividades ilícitas do grupo, fingindo-se de órfão desamparado; infiltrava-se nas casas, reconhecendo o lugar e depois programava um assalto com os demais. João Grande, “negro bom”, segundo Pedro Bala, também desempenha o papel de comando no grupo. Querido-de-Deus é pescador e capoeirista, respeita o grupo e é respeitado por todos; é apenas, amigo do grupo, o que é demonstrado através da atitude de ensinar os companheiros a lutar capoeira, principalmente Pedro Bala, João Grande e Gato; talvez por isso todos o admiravam. Pirulito, magro e muito alto, olhos encovados e fundos é o que apresenta um perfil mais ligado a um comportamento influenciado pelo fervor religioso, pois tinha hábito de rezar.

A segunda parte do romance relata uma história de amor, envolvendo a menina Dora — que se torna a primeira “capitã da areia”. Ao chegar ao trapiche, onde os garotos dormem, Dora quase é violentada, mas, protegida por João Grande, o grupo a aceita, primeiro como a mãe e irmã de todos, depois como a mulher de Pedro Bala. Professor e Pedro Bala se apaixonam por Dora. No entanto, ela se apaixona por Pedro Bala. Quando Pedro Bala e Dora foram capturados, tiveram destinos diferentes: ele foi para o Reformatório e Dora para o Orfanato; ambos foram muito castigados. Outro momento da história do casal é que eles escapam bastante enfraquecidos, e, pela primeira vez, se amam na praia. Porém o destino os separa por definitivo, pois Dora morre, fato que na narrativa marca o começo do fim para dois dos principais membros do grupo.

Na terceira e última parte do romance, o narrador dá destinos individuais e diferentes para cada um dos personagens. Sem-Pernas, sentindo-se ameaçado, se mata ao jogar-se de um penhasco antes de ser capturado pela polícia, preferindo morrer a se entregar. Professor vai para o Rio de Janeiro, onde se torna um pintor de sucesso com os quadros dos Capitães da Areia, mas permanece triste em função da morte de Dora, vítima de uma febre muito forte, depois de se tornar esposa de Pedro Bala.

Gato, que tinha fama de malandro, vai para Ilhéus, abandonando por um tempo sua amante Dalva, se torna vigarista e jogador profissional. Pirulito era o mais cruel do bando, porém, influenciado pelos ensinamentos do padre José Pedro, converte-se à religião e se torna

frade. Padre José Pedro realiza um dos seus sonhos, que era responder por uma paróquia no sertão, onde passou a ajudar os considerados desgarrados do rebanho. Volta Seca se torna um cangaceiro do grupo de Lampião e mata mais de 60 soldados antes de ser capturado e condenado. João Grande torna-se marinheiro; Querido-de-Deus continua sua vida de capoeirista e malandro.

João de Adão é líder operário, estivador; conheceu o pai de Pedro Bala e contou ao menino como foi a sua morte. Pedro Bala, cada vez mais fascinado com as histórias de seu pai sindicalista, abandona a liderança do grupo, mas antes os transforma numa espécie de grupo de choque. Cada vez mais fascinado com as histórias de seu pai sindicalista, vai se envolvendo com os doqueiros e finalmente os “capitães da areia” ajudam-no numa greve. Assim, Pedro Bala deixa de ser o líder dos “capitães da areia” e se torna um líder revolucionário comunista.

Os Capitães da Areia? Não eram crianças iguais às outras... Sabiam tudo, até os segredos do sexo. Eram como homens, se bem fossem crianças... Não era possível tratá-los como aos meninos que vão ao colégio dos jesuítas fazer a primeira comunhão. Aqueles têm mãe, pai, irmãs, padres confessores, e roupas e comida, têm tudo [...] (AMADO, 2008, p.158)

Assim, como afirma Andrade (2014), a narrativa de Capitães da Areia se desenvolve mostrando a realidade dos meninos de rua da Cidade do Salvador, por meios de fatos que dizem, de forma realista, sobre o cotidiano de uma infância abandonada, denunciando assim um problema social, o que dá ao romance um caráter atualizado em torno dessa questão. Descritos como maltrapilhos, esfomeados e espertos, pois mesmo sem trabalhar mantinham a sobrevivência, os mais de cem meninos conhecidos como capitães da areia que se abrigavam em um trapiche abandonado eram identificados para a sociedade da época como uma verdadeira gangue.

A sociedade brasileira, apesar de não mostrar uma mudança de consciência social tão significativa para equacionar o problema dos “meninos de rua”, registra transformações legais importantes em prol da causa defendida por Amado, em Capitães da Areia, há mais de setenta anos. Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA), um novo Diploma Legal para proteger e salvaguardar os direitos da população infanto-juvenil. (SWARNAKAR, FIGUEIREDO & GERMANO, 2014, p. 132).

4. “Capitães da Areia” e o Estatuto da Criança e do Adolescente

É muito recente a condição dada a crianças e adolescentes de protagonistas de seus direitos. Por vários séculos, inclusive no ano de lançamento da obra em análise (1937), crianças e adolescentes não existiam senão como extensão de seus pais, de sua família e da comunidade. Em 1959, a Declaração Universal dos direitos da criança falou pela primeira vez que seu interesse era superior. Em 1969, o Pacto de São José da Costa Rica diz que a criança tem direito de receber da família, da sociedade e do Estado, medidas de proteção que sua condição de menor de idade requer, mas só a Constituição Federal de 1988 voltou verdadeiramente sua atenção para esse público, trazendo um capítulo denominado “Da família, da criança, do adolescente e do idoso”.

Desta forma, o direito da criança e do adolescente foi, enfim, constitucionalizado, merecendo destaque o fato de ter representado profunda transformação paradigmática da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral, que já era sustentada e estimulada em diversos documentos internacionais (KREUZ, 2012, p. 64), tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça de Menores (Regras Mínimas de Beijing – 1985).

Durante a vigência do Código de Menores, crianças eram os filhos de pais reconhecidos e que frequentavam a escola. Já o termo menor relacionava-se às crianças e adolescentes pobres das cidades que, por não estarem sob a autoridade de pais ou responsáveis, eram considerados abandonados, carentes, delinquentes, vadios, libertinos e perigosos. Esse termo foi incorporado à linguagem cotidiana, para além do âmbito jurídico. Assim, a simples mudança de nomenclatura não afasta os preconceitos enraizados na sociedade, que faz uma diferenciação entre adolescentes (os nossos/os meus) e delinquentes (os dos outros/os seus). Portanto, dizer simplesmente que a palavra menor não pode mais ser pronunciada não vai gerar um pensamento mágico que exorcize o seu significado e liberte as Delegacias e as Varas da Infância e da Juventude dessas influências e das ideologias repressivas, mas essa reflexão deve ser sempre que possível oportunizada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, veio a contemplar uma série de medidas que assegurariam e tutelariam os interesses e necessidades dos jovens heróis da obra de Jorge Amado, desde a previsão da garantia do devido processo legal antes da privação da liberdade do adolescente, assistência judiciária gratuita, o direito de ser ouvido por autoridade

competente, entre outros, até a própria definição de ato infracional, para que seja reduzida a subjetividade atribuída ao magistrado à época do Código de Menores.

Dessa forma, com amparo na legislação atual, os adolescentes moradores do trapiche, acaso apreendidos, deveriam ser apresentados a autoridade competente, ter a comunicação de sua apreensão dirigida ao juiz, bem como responder a um processo, com direito à ampla defesa e contraditório, garantindo-se todos os direitos postos; tudo com base na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente e, conseqüentemente, no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. (RABELO; NASCIMENTO, 2014, p.12)

A obra de Jorge Amado, em análise, nos traz, em todo o decorrer da obra, inúmeros exemplos do tratamento dados às crianças e adolescentes retratadas. É o caso, do trecho a seguir: Após inúmeros atos infracionais, Pedro Bala foi preso (conforme manchete do Jornal da Tarde, da época). “[...] – o chefe dos “Capitães da Areia” é filho de um grevista – [...] O Reformatório o endireitará”, nos afirma o Diretor.” (AMADO, 2008, p. 188). Naquela ocasião, no ano de 1937, em que se passa a obra, não havia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desta forma, não se contava com as medidas socioeducativas; em lugar delas, era praticada a prisão em Reformatórios, cujo intuito era o de repreender e regenerar os adolescentes em conflito com a lei. E Jorge Amado prossegue na narrativa: “Quanto a Pedro Bala, será recolhido ao Reformatório de Menores.” (AMADO, 2008, p. 188).

Jorge Amado utilizou, com sua consciência crítica e social, a obra “Capitães da Areia” como forma de divulgar a negligência do poder público e o tratamento da sociedade, à época, em relação ao problema do menor abandonado no Brasil.

Em relação ao cenário jurídico atual, de existência do ECA, a internação é a medida socioeducativa de caráter mais grave; constitui medida privativa de liberdade e não pode exceder a três anos. (Art. 121, ECA). Tal medida não é mais cumprida em reformatórios, como retrata a obra, mas sim “deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração” (Art. 123, ECA).

O ECA representa, indubitavelmente, o resultado de manifestações sociais e históricas ocorridas ao longo do tempo; no entanto, a simples existência da Lei, por si só, não é capaz de resolver este complexo problema social. No entanto, observa-se, pelos fatos vivenciados, no cotidiano, que ainda falta à sociedade brasileira uma conscientização sobre a

implementação das medidas contidas no ECA, bem como a adoção de políticas públicas eficazes e medidas que assegurem a efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. Conclusão

A interface entre Direito e Literatura é primordial para que o Direito e a legislação possam ser humanizados, isto é, para que se possa atribuir uma face aos destinatários das leis, de forma a que possam interpretá-las de maneira fidedigna, de modo a que temas sensíveis ganhem um novo tom e sejam tratados de forma menos dogmática.

Como anteriormente narrado, antes de se tornar literato, Jorge Amado se formou em Direito, o que lhe concedeu uma visão mais ampla quanto aos anseios sociais e que impingiu um caráter denunciador à sua obra. Ademais, sua filiação política fez com que perquirisse um objetivo concreto com a denúncia representada em *Capitães de Areia*.

A obra retrata a situação jurídica e social dos jovens pobres e menosprezados pelo Estado e pela sociedade antes da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Trata, sobretudo, do abandono e da prática de atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, independente das motivações para a prática desses atos, que normalmente são necessidades básicas, como alimentação ou a sua sobrevivência no bando. Relata, desta forma, que, jovens de baixas camadas sociais cometem atos atentatórios ao ordenamento jurídico, fato que ocorre desde a época da obra até os dias atuais.

No entanto, a forma como o Poder Público e, principalmente, a legislação brasileira, lida com estes infratores veio sendo modificada, uma vez que a criança e o adolescente foram reconhecidos como sujeitos de direitos e detentores de proteção especial, o que não acontecia àquela época, em que estes não tinham sequer garantias legais e processuais quando do cometimento de infrações.

Embora ainda se verifique nos dias atuais a crassa desigualdade que atinge a sociedade brasileira, é inquestionável que as crianças e os adolescentes ganharam maior respaldo legal, tendo em vista os princípios pilares da Constituição, como a dignidade da pessoa humana, e a

maior tutela atribuída a seus direitos através da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, como antes mencionado neste trabalho, a sociedade brasileira em geral ainda está muito distante de tutelar de forma efetiva os direitos das crianças e adolescentes como os personagens de Jorge Amado, uma vez que as previsões legais devem ser efetivadas, o que não ocorre muitas vezes.

Os dados do Levantamento Anual referentes ao ano de 2014, consolidados pela Coordenação-Geral do SINASE, indicam um número total de 24.628 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade) na data de 30 de novembro de 2014, considerando-se ainda 800 adolescentes em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, sanção e medida protetiva).⁷

Além disso, as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser somadas à diversas outras medidas e políticas públicas que possam garantir os direitos básicos destes jovens, como saúde, moradia, educação, enfim, direito à dignidade e a vida digna, tão aclamadas pela Constituição.

REFERÊNCIAS:

AMADO, Jorge, **Capitães da Areia**. Posfácio de Milton Hatoum. 6.ed.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Os “capitães da areia” de Jorge Amado: histórias de vida na cidade da Bahia**. *Amerika* [En ligne], 10/2014, mis en ligne le 22 juin 2014. Disponível em: <http://amerika.revues.org/4676> ; DOI : 10.4000/amerika.4676. Acesso em: 10 Mai. 2017.

BRASIL. SDH. Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei de 2014. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>. Acesso em: 10.05.2017.

FIGUEIREDO, Ediliane Lopes Leite de. **Beecher e Jorge Amado: uma visão Jusliterária da injustiça social**. – Disponível em <http://books.scielo.org/id/2yqzj/pdf/swarnakar-9788578793289-07.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2017.

⁷ Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei de 2014. Realizado a cada ano, o levantamento apresenta informações gerenciais e de universo sobre os de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas – permitindo assim o aprimoramento das políticas públicas de promoção, defesa e proteção dos direitos desses brasileiros e dessas brasileiras. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>. Acesso em: 10.05.2017.

KREUZ, Sergio Luiz. **Direito à convivência familiar e da criança e do adolescente: direitos fundamentais, princípios constitucionais e alternativas ao acolhimento institucional.** Curitiba, Juruá, 2012.

RABELO, Janaina da Silva; NASCIMENTO, Maria Daniele Silva. **Adolescentes em conflito com a lei na obra Capitães de Areia de Jorge Amado.** Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e0d1b5ce9153ef87>. Acesso em 16 de maio de 2017.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. A militância política na obra de Jorge Amado In: SCHWARCZ, L.M.; GOLDSTEIN, I.S. O Universo de Jorge Amado. Disponível em: www.jorgeamado.com.br/professores2/professores02.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

SWARNAKAR, S., FIGUEIREDO, ELL., and GERMANO, PG., orgs. **Nova leitura crítica de Jorge Amado** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 319 p. ISBN 978-85-7879-328-9. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 10 Mai. 2017.